

LINGUAGEM AUDIOVISUAL: MEIO DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DE IDENTIDADE NA COMUNIDADE DO CHAPÉU MANGUEIRA

Ana Cristina Arruda

Bacharel em Comunicação Social (Faculdades Integradas Hélio Alonso) e professora do curso de Jornalismo na mesma instituição. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, com a dissertação: “Documentação audiovisual: instrumento de construção da memória da comunidade do Chapéu Mangueira”, em desenvolvimento na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, sob orientação da Prof. Dr. Regina Abreu.

E-mail: ana_arruda@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo trata da construção da memória da comunidade do Chapéu Mangueira, localizada na zona sul do Rio de Janeiro. As narrativas de um grupo de moradores constroem sua memória, com suas histórias de vida e sobre o desenvolvimento do local através do registro audiovisual. O grupo tem por objetivo preservar a memória do local para as gerações futuras e mostrar quem contribuiu com as melhorias encontradas na comunidade hoje em dia.

PALAVRAS-CHAVE:

Palavras-chave: Memória, narrativa, comunidade.

ABSTRACT:

This article reflects about the memories's preservation of “Chapéu Mangueira” a slum community in the south area of Rio de Janeiro, Brazil. Through their lives narratives enregistered by audiovisual process, and through the local development narative is trying to preserve these memories and pass them to future generations in order to show their lifestyle

and who contributed for the outstanding improvements of the community nowadays.

KEY WORDS:

Key Words: Memory, narrative, community.

Desde sempre, não só a minha geração, mas as que vieram antes e depois, aprenderam história através dos livros, por meio da linguagem escrita. Acostumamo-nos a associar o texto às fotos das obras de arte que ilustravam os fatos de determinada época,

contribuindo para a construção desses acontecimentos em nosso imaginário. Ao tomarmos o conceito de nação, observamos países com a história construída pelas instituições de poder, nos quais o interesse é de que seus cidadãos tenham uma memória que referencie a história do país, com relevância dada apenas aos fatos que contribuam para a imagem positiva do local. Nesta abrangência, encontramos diversos segmentos sociais cujo desenvolvimento, em boa parte das vezes, não é percebido e tampouco registrado, por não contribuir expressivamente para a “história instituída”.

Em contrapartida, estes grupos não estão destituídos de vontade de memória: é o caso da comunidade do Chapéu Mangueira, localizada no bairro do Leme, zona sul do Rio de Janeiro. Através do projeto “Versão do Passado” desenvolvido no local com o apoio do NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária) das Faculdades Integradas Hélio Alonso, a comunidade, através do registro audiovisual das narrativas orais dos moradores mais antigos e idosos, remonta a história de seu desenvolvimento, por quem a faz ou assiste.

Neste artigo, pretendo analisar a figura do narrador captada por estes registros, personificado no perfil dos moradores como representantes coletivos do grupo social, fazendo da própria narrativa a história oficial da comunidade. Além disso, procuro investigar a tentativa de se “fixar” uma identidade a partir da construção dessa memória e justificar a opção pelo modo de registro das narrativas que formam o primeiro acervo documental da comunidade que, uma vez montado e disponibilizado no formato DVD, ficará guardado na associação de moradores.

Muito antes de manifestar essa “vontade de memória” (me utilizarei desta alcunha para designar o grupo de moradores que trabalha no projeto), vale esclarecer que a atuação política dos representantes do Chapéu Mangueira junto à Federação Estadual de Favelas (Faferj) 1 tornou a comunidade um exemplo para as demais. Benefícios como: acesso ao morro, luz, água, além da resistência e manifestações contra as remoções 2 sem uso de força bruta, foram conseguidos pela associação de moradores nas gestões dos anos de 1970 e 1980.

Além dos fatos narrados que envolvem estas conquistas, existem os que tratam do dia-a-dia da comunidade e que valem como exemplos para as gerações que vivem e viverão no local. É com esse objetivo que os moradores mais antigos pretendem manifestar a vontade de narrar as histórias do Chapéu Mangueira, de maneira que as mesmas se registrem para todos os membros da comunidade e despertem neles essa mesma vontade no futuro.

O primeiro ponto a ser analisado neste artigo é a figura do narrador. Afinal, quem são e o que pretendem estas pessoas no papel de “contadores” dessa história? Primeiro, é preciso compreender o que é uma narrativa e o que o seu conceito abrange. Como afirma Benjamin (1985):

Ela [a narrativa] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. (p.200)

Assim, conseguem-se esclarecer as intenções dos narradores do Chapéu Mangueira: com as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos que incluem, com especial relevância, as melhorias das condições de moradia e as necessidades básicas praticamente sanadas, as comunicações entre os segmentos da comunidade diminuíram sensivelmente. Desse modo, as pessoas ficaram mais fechadas em seus núcleos sociais, como família, escola e igreja e o que seria pertinente à comunidade de maneira mais geral foi sendo deixado de lado e o exemplo de iniciativa e liderança comunitária ficou no passado, vivo apenas na lembrança dos atores e espectadores sociais que vivenciaram as situações. O perfil desses narradores se caracteriza por pessoas com mais de 50 anos de idade, mais de 30 anos de moradia no local e boa parte vem do interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e da região nordeste. Como já são idosos, eles não dispensaram a função social determinada pela idade e já vinham contando suas histórias de vida para as outras gerações da família.

Essa troca feita entre os membros mais jovens e os mais idosos da família é o que Halbwachs (1990, p.65) chama de “liame vivo entre as gerações”. O autor destaca esse fenômeno em sua obra, citando o idoso como a coluna vertebral das narrativas passadas:

Em todo o caso, geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de um quadro que o resume e o condensa. (p.66)

Dessa maneira, consegue-se atingir os indivíduos naturais e residentes do local e, nas trocas geradas entre eles, já se propaga uma divulgação da história do desenvolvimento do local que atinge determinada amplitude na comunidade. Mas, ainda assim, o grupo com “vontade de memória” percebe que pode fazer mais. É aí que entra o papel do projeto “Versão do Passado”: o registro audiovisual como objeto de construção da memória da comunidade do Chapéu Mangueira, visando à reflexão e mobilização das gerações atual e futuras para dar continuidade à história.

.....

Desde o final do ano de 2002, o NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária) das Faculdades Integradas Hélio Alonso vem colocando em prática na comunidade do Chapéu Mangueira o projeto “Versão do Passado”. Esse trabalho visa construir, através dos depoimentos registrados em formato de vídeo, a história da comunidade. A idéia nasceu a partir de um encontro presenciado pelo professor e coordenador do NECC, Nailton Agostinha Maia. Como a conversa girava em torno das recordações de épocas passadas, das dificuldades e alegrias já vividas, veio o reconhecimento da importância do registro daquela conversa.

O projeto “Versão do Passado” tem a preocupação primeira de preservar a memória da comunidade, só que não pára por aí: a manutenção dessa história não se baseia apenas em dados estatísticos e sim, basicamente, na narrativa. Acredita-se que o exercício dessa narrativa acrescenta dados relevantes para a história da comunidade. Contar os fatos vividos ou testemunhados contribui para o não envelhecimento da história, ou seja, quanto maior número de vezes o idoso repeti-la para uma ou várias pessoas, maior será

o exercício das suas lembranças e menor a possibilidade de se tornarem cada vez mais vagas.

É necessário que o entrevistador seja adequado e cuidadoso durante a entrevista, pois ele tem por função “juntar” os pedaços dessa grande história que se remonta. Existe o seu natural dismantelamento, seja provocado pela senilidade dos narradores ou por abstração ou ainda pela própria morte de seus personagens e testemunhas. Isso torna a história insegura na hora de reproduzir os fatos. Sendo assim, valida-se uma das versões do acontecimento, que vive a partir de quem conta e sobrevive de quem a escuta e a reproduz aos demais membros da comunidade em que está inserido.

Nesse momento, observa-se o atrelamento da memória de vida do entrevistado com o da comunidade. A sua vida pessoal e social discorrem juntas, principalmente quando se é sujeito da história que se relata. As emoções refletidas na narrativa declaram a real importância dos acontecimentos na vida do narrador. Sobre a fusão de memória individual e coletiva, afirma Halbwachs (1990):

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre junto conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (p.26)

O valor dado aos fatos relevantes da comunidade reflete diretamente na vida de seus moradores e é aí que percebemos mais um desejo do grupo “com vontade de memória”: contar a história só não basta. Melhor seria que estas pessoas fossem reconhecidas como o registro vivo da história do local, pois uma vez que o registro audiovisual os torna representantes da história do desenvolvimento da comunidade, não só por captar a imagem da pessoa, mas também seus gestos e emoções, esses narradores ficarão registrados para a posteridade, depois que não estiverem mais vivos.

A idéia de fazer dos narradores representantes da história do Chapéu Mangueira não adquire esta forma apenas pelos objetivos das pessoas que a constroem: ela é fruto da análise dos discursos proferidos por elas. Há uma preocupação neste grupo de narradores em serem reconhecidos como os atores e espectadores dessa história pelos demais membros da comunidade. Numa ocasião, em julho de 2004, durante a exibição de dois programas do projeto “Versão do Passado” para a comunidade, Maria Augusta do Nascimento Silva, moradora da comunidade há mais de 48 anos, atual vice-presidente da associação de moradores e uma das personagens cuja entrevista seria exibida, assim se manifestou para explicar do que se tratava o projeto:

O que vocês vão ver hoje aqui é um pedaço da história do Chapéu Mangueira. Nós estamos registrando [a história] para amanhã, esta geração que está aí saber quem foi o seu Lúcio, Dona Conceição, Dona Regina e o que eles fizeram pela comunidade e que reflete até hoje.

Pelo teor do discurso, podemos perceber que estas pessoas se consideram os representantes sociais da comunidade. Isto porque há uma preocupação em reproduzir as percepções dos acontecimentos de uma época conservadas na memória, utilizando o

recurso audiovisual como forma de estimular os demais membros a se engajarem no processo de construção da memória da comunidade. Émile Durkeim (1978 apud MINAYO, 2002) analisa o papel dessas representações que ele chama de coletivas pela tentativa de manifestar a vontade de memória de um grupo:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns de seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição. (p. 90-1)

Esses atores ou espectadores dos fatos sociais ocorridos no Chapéu Mangueira argumentam a posição de representantes deste grupo social exatamente por estarem ligados a atividades que promoveram o desenvolvimento do local: fornecimento de luz e água e as construções de acesso ao morro, galpão de artes, posto médico e creche. A participação desses narradores que compõem o grupo com “vontade de memória” no alcance destas melhorias, marca o entendimento do Chapéu Mangueira como comunidade, ambiente em que a consciência do espírito comunitário conduz o pensamento coletivo em direção a um único objetivo e o significado produzido nessas relações sociais é expresso nos discursos proferidos pelos seus membros. Por se tratar de uma comunidade de baixa renda, a comunicação oral é o meio que prevalece: através das palavras proferidas em reuniões ou conversas informais, se expressa o real sentido das concordâncias e conflitos, refletidos em atitudes, sejam elas contra ou a favor das opiniões expressas. Sobre isso, Minayo (2002) observa:

As representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada porém é a *linguagem*, tomada como forma de conhecimento e de interação social. (p.108)

É importante ressaltar que os representantes do grupo com “vontade de memória” do Chapéu Mangueira oferecem certa resistência à realidade vivida na comunidade nos dias de hoje. Eles se baseiam nas representações de outrora, na tentativa de despertar o espírito comunitário e socializador que consideram estar silenciado na geração atual. Para isso, se utilizam da linguagem oral, captada por recursos audiovisuais não só através da palavra, mas também por gestos e sentimentos expressos pelo narrador. Além de reconstruir a história da comunidade, este grupo estaria tentando resistir com a identidade do passado, da qual não acham mais suas características no presente.

.....

O que faz com que o grupo com “vontade de memória” intencione a tentar recuperar as características do passado com as quais se identificavam em seu grupo social, é a diferença que marca períodos distintos da história da comunidade. Ao demarcar a identidade é necessário afirmar o que somos e, ao mesmo tempo e dessa maneira, deixar

claro o que não somos. As colocações discursivas dos membros do grupo “com vontade de memória” explicitam sempre uma conduta moral socialmente aceita: a constante afirmação de serem possuidores de um caráter íntegro, honesto e franco confronta diretamente com a realidade dos membros de outro segmento deste grupo social que, por se envolverem em atividades ilícitas, não se enquadram no perfil de identidade construída por este grupo. A esse respeito, afirma Castells (1999):

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo/espaço. (p.23)

Mais do que fixar uma identidade do passado, este grupo de narradores apresenta uma identidade de resistência, cuja base de construção vem da estigmatização do morador de favelas dentro do contexto social mais abrangente. Por isso, também se justifica a constante afirmação da positividade do caráter destas pessoas. No segundo programa do projeto “Versão do Passado”, um dos entrevistados, Lúcio de Paula Bispo, morador do Chapéu Mangueira desde a década de 1950 e presidente da associação de moradores por três gestões nas décadas de 1960, 1970 e 1980, relata um episódio sobre uma remoção na entrada da ladeira Ari Barroso e destaca a sua integridade como fator indispensável para a conquista da confiança dos moradores da comunidade:

todos os moradores confiavam muito em mim. Inclusive, quando vieram para fazer a remoção da entrada da ladeira, quando foram removidos 32 barracos, em 1973, o estado ia removê-los sem participar à Associação de Moradores e isso não podia (...) A Fundação Leão XIII delimitou a área (...) e quando cheguei do trabalho, os moradores vieram me procurar. Como eu não tinha conhecimento do fato, disse para que ninguém comparecesse à remoção, pois eu iria sozinho (...) Na manhã do dia seguinte, me dirigi ao local (...) e o fiscal perguntou: “onde está o pessoal para ser removido?”, eu respondi: “ninguém veio, pois vocês deveriam ter comunicado a remoção a mim, que sou o presidente da Associação de moradores. E como órgão público, vocês ignoraram o órgão comunitário, então quem está aqui para responder por eles sou eu”. 4

Quando se dá o enfrentamento diante de um representante de uma instituição de poder como no caso citado acima, o fiscal da Fundação Leão XIII, os membros da comunidade têm a segurança de que Lúcio, enquanto representante da comunidade, constrói a identidade real da comunidade, contrária ao ideário baseado em fragilidade e submissão como outros segmentos sociais poderiam supor. Esse enfrentamento é visto como uma forma de se ter acesso à comunicação com essas classes e a possibilidade, através do entrosamento e do respeito adquirido pelos seus integrantes, conseguir alcançar uma qualidade de vida melhor do que têm no momento presente. Lúcio

reconhece seu papel e destaca, na mesma entrevista, a atuação e os objetivos da Associação de Moradores:

os objetivos da Associação de Moradores, ela visava o homem, a sua participação em melhoria social e cultural, para levantar a sua auto estima (...) Na proporção que a Associação foi desenvolvendo, aquele bem estar social, cultural dos indivíduos foi levantando a auto-estima deles. E foi aí que começou a ser tratado como comunidade. 5

Nos dias de hoje, o ponto de vista das pessoas de fora não incomoda tanto quanto o dos próprios membros da comunidade. Os narradores “com vontade de memória” sentem suas identidades confrontadas por outras que, segundo a opinião deles, não contribuem para o crescimento social e cultural da comunidade. Esta opinião refere-se única e exclusivamente ao segmento do grupo envolvido com o movimento ilícito existente na favela. Nas entrevistas realizadas até hoje pelo projeto “Versão do Passado”, foram registrados discursos muito sutis a respeito desse assunto, mas que nas entrelinhas esclarecem a quem se refere. Essa antítese que separa os conceitos de identidade e diferença é assim analisada por Silva (2000):

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças (...) Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (p. 83)

O desejo de recuperar antigos valores e motivações é a mola propulsora da vontade de memória desse grupo. Estas pessoas não tiveram oportunidade de estudar e seus empregos se situavam no patamar de baixa renda: mestres de obras, empregados domésticos, costureiras, garçons, entre outros. Por isso, da perspectiva dos discursos, percebemos que não desejam que os jovens se deixem seduzir pelo ganho do dinheiro fácil, aderindo à ação das atividades ilícitas dentro da favela. A forma encontrada para resistir é exatamente a normatização de uma identidade, ou seja, através do discurso sobre o passado do grupo, tentar conduzir seus ouvintes a uma reflexão a respeito do rumo que podem dar à própria vida e à da comunidade. As constantes ressalvas feitas em relação à conduta moral das pessoas são carregadas de qualidades que as enquadram em padrões morais aceitáveis dentro do grupo. Isso é facilmente percebido no discurso de Maria Augusta do Nascimento Silva, quando fala das diferenças das relações entre as pessoas, no passado e no presente:

a convivência era muito boa. Todo mundo se respeitava, porque tudo que se tinha era igual, ninguém tinha mais do que ninguém. Hoje, até tem, né? Através do estudo as pessoas têm um bom emprego e as pessoas que ganham mais, tem as suas casas melhores (...) Nós vivemos num momento de medo e não é só aqui no Chapéu. Aqui, graças a Deus é um dos lugares de favela que é muito bom, gosto muito de morar aqui. Mas a gente vivemos (sic) com medo e antigamente ninguém tinha medo de andar, apesar que era tudo mato. Hoje, você pode encontrar o policial com arma ou ao contrário, né? E

você anda com medo. Mas eu não tenho medo porque eu não tenho medo da verdade, porque eu vivo a verdade. 6

O que se pode observar nos discursos das pessoas na comunidade é esta construção de identidade de resistência já citada anteriormente, com a tentativa de se fixar padrões de comportamento e conduta, moral e socialmente aceitáveis. Podemos perceber nos discursos das pessoas “com vontade de memória” que a remontagem do passado não segue apenas a linha histórica; ela visa também provocar um afetamento no ouvinte, no sentido de que, quando este se tornar um narrador, possa recontar a história com a mesma carga de positividade e contagiar o imaginário dos seus ouvintes, não só perpetuando-a, mas também tornando o grupo social e moralmente aceito pelos demais segmentos sociais. Se o grupo “com vontade de memória” se utiliza das narrativas orais para conservar o seu passado, por que optar por registrá-lo utilizando câmeras de vídeo?

.....

É provável que essas pessoas não percebam o real papel que desempenham, mas, com certeza, elas querem ser reconhecidas pelos membros da comunidade como personagens da história do desenvolvimento do local. O grupo “com vontade de memória” acha que a história deve ser registrada com o discurso e a imagem deles, os narradores, para que se preserve a versão original dos fatos. Pelas observações que fiz durante as gravações das entrevistas e por incursões informais feitas no local, percebi que o projeto “Versão do Passado”, além de documento histórico da comunidade, é tratado como herança: as idéias e atitudes do passado registradas, constituindo a memória e servindo de referência para um futuro a construir.

A distância entre passado e futuro é estreitada pelo documento audiovisual no qual através de um tipo de mídia (no caso, DVD), é feita a salva e guarda dos relatos que remontam a memória do Chapéu Mangueira. Este procedimento, de certa maneira, desobriga os narradores de mantê-la viva apenas em suas cabeças, visto que já são pessoas idosas e a morte já é encarada como algo próximo da realidade. Daí, a preocupação com a perda total da memória do grupo e o conseqüente esquecimento dos atores sociais que a constituíram. Em alguns casos, a repercussão dos fatos relatados expressa igual força de significância na vida individual e coletiva dos narradores, tornando seu papel de relevância para a construção dessa memória. A esse respeito, analisa Davallon (1999):

(...) para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembança” evoca na linguagem corrente. (p. 25)

A utilização da imagem como o instrumento de preservação da memória e identidade é percebida como a maneira ideal de se captar a atenção do espectador: o contato visual proporciona sua maior interação com o assunto, facilitando o despertar de seu interesse e melhor assimilação da história, pois um dos objetivos é fazer dos ouvintes de hoje os narradores de amanhã. Além disso, visa-se também a recuperação do significado de “se viver em comunidade”, agregando às narrativas já existentes outros acontecimentos envolvendo novos atores e espectadores e a manutenção dentro da consciência do grupo

das lembranças significativas para que se prossiga a construção da memória. A conjugação do discurso com a imagem é fator de facilitação da comunicação do grupo “com vontade de memória” e os demais segmentos da comunidade, como afirma Joly (1994):

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos equivale, (...), a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação. Quer ela seja expressiva ou comunicativa, podemos admitir que uma imagem constitui sempre *uma mensagem para o outro*, mesmo quando este outro é o próprio autor da mensagem. É por isso que uma das precauções necessárias a tomar para melhor compreender uma mensagem visual é procurar para quem ela foi produzida. (p.55)

Para que o projeto “Versão do Passado” traduza a vontade de seus idealizadores, deve ser objetivado e definido de maneira que o espectador entenda a mensagem e reflita a seu respeito. A análise da mensagem visual pressupõe o estudo dos contextos de utilização e exibição.

Para essa análise, devemos considerar o recorte no conceito de imagem, como a captação de áudio e imagem por câmeras de vídeo como meio de registro destas narrativas. O que se vê através da mídia são as gravações de entrevistador e entrevistado onde este último tem a sua imagem e discurso dominante ao longo da narrativa, restando ao primeiro fazer intervenções esporádicas quando o assunto é pouco esclarecido. As informações do entrevistador são conseguidas através de uma entrevista preliminar, onde apenas o áudio é gravado e são feitas perguntas abrangentes, sem especificação exata de um fato, deixando o entrevistado livre para falar. Depois, monta-se um roteiro para que a entrevista seja gravada com as câmeras de vídeo. Após a edição da entrevista, na qual os cortes são feitos de modo que não firam a continuidade da narrativa, é agendada a exibição dentro da comunidade. No dia marcado, a exibição começa da seguinte maneira: monta-se a aparelhagem de projeção, espera-se o público chegar, a maioria moradores da comunidade que têm ligação com o grupo “com vontade de memória” e, após a acomodação das pessoas, um dos integrantes do grupo fala sobre o conteúdo e os objetivos do vídeo que vão assistir. Todos assistem na íntegra a entrevista. No final, as pessoas comentam e dão sugestões a partir do que assistiram. A concepção do projeto “Versão do Passado” não tem relação com a expressão “Uma imagem vale mais do que mil palavras”, pois se em algumas situações uma imagem sem som expressa uma variedade de significados, neste caso sua associação com a linguagem falada é imprescindível, como descreve Metz (1983):

Não há nenhuma razão em supor que a imagem possui um código que lhe seja inteiramente específico e que a explique por completo. A imagem é informada por sistemas bem diversos, dos quais alguns são propriamente icônicos e outros aparecem igualmente em mensagens não-visuais. (p. 16-7)

Dentro da diversidade de sistemas referidos acima, está justamente o discurso proferido pelos narradores. A imagem colabora por tornar a narração mais ilustrada, isto é, a força do narrador fica expressa também pelos seus gestos e tom de voz aplicados durante o discurso. Como as percepções têm um tempo de duração maior, a imagem também

colabora para o reconhecimento dos narradores: seu aspecto iconológico permite o entendimento do espectador pelo discurso que é assistido e, principalmente, pela figura que o profere. Sendo assim, a memória da comunidade é construída pelos acontecimentos relevantes que acontecem no local e sua divulgação entre as gerações está atrelada a quem conta. Poderíamos até comparar a atuação do grupo “com vontade de memória” com a dos filósofos da Grécia Antiga que promoviam debates em praças públicas, dialogando diretamente com o povo.

A produção do projeto “Versão do Passado” registra em vídeo a história do Chapéu Mangueira, narrada por quem a vive e/ou a assiste, visando à formação de um documento da memória da comunidade, para que todos os integrantes do grupo e pesquisadores tenham acesso à história do desenvolvimento do local. A vontade e a necessidade dos moradores mais velhos de contar o passado da comunidade é estimulada pela falta de interesse da atual geração. Eles têm esperanças de que, no futuro, essa e as demais gerações poderão, ao rever os programas, recuperar a consciência de outrora na qual a mobilização da comunidade conseguiu superar dificuldades e estreitar o limite da diferença e aceitação social.

O diferencial na promoção desse diálogo está na utilização do recurso audiovisual como instrumento de construção de memória, para a formação de um documento histórico e da preservação da identidade do Chapéu Mangueira, buscando a reflexão e a sobrevivência do espírito comunitário pelo conhecimento das ações do passado que determinaram o grau de desenvolvimento encontrado na comunidade nos dias de hoje.

.....

NOTAS :

* Este artigo é parte de reflexão do trabalho desenvolvido para a dissertação de Mestrado: “Documentação audiovisual: instrumento de construção de memória da comunidade do Chapéu Mangueira”, a ser defendida para o Programa de Pós-graduação em memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em fase de desenvolvimento na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, sob orientação da profa. Regina Abreu.

1 Em 1963, foi fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), hoje Faferj. A entidade foi criada com o apoio de 100 associações registradas em cartório. Nesse mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio destinou 3% da arrecadação estadual para obras de melhoramento nas favelas.

2 A remoção era um processo de esvaziamento de favelas que consistia na transferência de seus moradores para moradias construídas pelo governo. Em 1962, começaram as construções dos conjuntos habitacionais de Cidade de Deus e vilas Kennedy, Aliança e Esperança. As obras foram financiadas pelo governo americano através da Aliança Pelo Progresso. Em 1968, o Governo Federal cria a Coordenação

da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Sua missão principal era "exterminar as favelas do Rio de Janeiro". Segundo definição da própria Chisam, as favelas eram "um espaço urbano deformado". Havia resistência por

parte dos moradores, pois as novas residências eram muito distantes de seus locais de trabalho, o que aumentava consideravelmente o custo com transporte, Em 1969, foi

concluída a operação de remoção da Favela da Praia do Pinto, no Leblon. Os moradores começaram a ser transferidos ainda nos anos 1950, mas o Estado enfrentou forte resistência. A remoção da favela só seria concluída no mesmo ano, após um incêndio no local (de causas ignoradas).

3 Maria Augusta do Nascimento Silva, moradora da comunidade do Chapéu Mangueira e integrante do grupo “com vontade de memória”, em fala registrada em vídeo em julho de 2004, durante a exibição de duas entrevistas do projeto “Versão do Passado”, no Chapéu Mangueira.

4 Lucio de Paula Bispo, morador da comunidade do chapéu Mangueira e integrante do grupo “com vontade de memória”, em depoimento registrado em vídeo durante entrevista para o projeto “Versão do Passado”, em maio de 2003.

5 Idem.

6 Maria Augusta do Nascimento Silva, moradora da comunidade do chapéu Mangueira e integrante do grupo “com vontade de memória”, em depoimento registrado em vídeo durante entrevista para o projeto “Versão do Passado”, em novembro de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2ª. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 197-221

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação, economia, sociedade e cultura*, volume 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999. P.22-8

DAVALLON, Jean. Memória e produção discursiva de sentido. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p23-32

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Portugal: Edições 70, 1994

METZ, Christian. Além da analogia, a imagem. In: *A Análise das Imagens: seleção de ensaios da revista 'Communications'*. Tradução: Luís Costa Lima e Priscila Vianna de Siqueira, São Paulo: Vargas, 1983

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHLOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002. P.89-111

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____.
(org), *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes,
2000, p. 7-72